

Acordo de redução da dívida só será possível em 90

quarta-feira, 26/7/89 □ 1º caderno □ 15

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — O Brasil já não vê mesmo nenhuma chance de conseguir este ano um acordo de substancial redução da dívida externa, como o que acaba de ser alcançado pelo México, após árduas negociações que inauguraram, na prática, o Plano Brady. Após três dias de conversações com banqueiros e funcionários do governo dos Estados Unidos, o principal negociador da dívida brasileira, diplomata Sérgio Amaral, disse que um acordo como o mexicano não está mais no horizonte do governo Sarney, pois seria necessário primeiro um acordo de médio prazo (três ou quatro anos) com o Fundo Monetário Internacional e a posição brasileira é deixar que isso seja decidido pelo presidente a ser eleito em novembro. Em Brasília, o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Paulo César Ximenes, manifestou a esperança de que seja possível um acordo de curto prazo e explicou: "Não interessa ao Brasil, mas também não interessa ao FMI e à comunidade financeira internacional que o país rompa relações com esta comunidade."

Sérgio Amaral frisou que não teria sentido que o atual governo assumisse compromissos de um programa econômico que teria de ser cumprido pelo próximo governo. Em Nova Iorque, fontes dos bancos credores disseram que os próprios banqueiros tampouco se sentem atraídos por negociações com um governo em fim de mandato. Mas como é preciso levar a situação até a posse do novo presidente, começam hoje, na sede do FMI, aqui em Washington, novas negociações para tentar algum tipo de acordo stand by de curto prazo (9 a 12 meses). Isso per-



Amaral: acordo seria irreal

mitiria a liberação de uma série de créditos externos (cerca de US\$ 2,5 bilhões), necessários para que o país atravesse esse período de transição.

Para se beneficiar ainda este ano dos mecanismos de redução da dívida sugeridos pelo Plano Brady, o Brasil precisaria de recursos importantes do FMI e do Banco Mundial a serem usados como garantia da dívida reduzida. Isso só seria possível através dos programas de médio prazo com as duas instituições. "Seria totalmente irrealista e também não seria razoável nós pretendermos celebrar acordos sobre programas de médio prazo de dois, três ou quatro anos com os credores ou as instituições financeiras, pois isso iria comprometer o próximo governo. Caberá ao próximo governo nego-

cias esse tipo de acordos, se achar que vale a pena", disse Amaral.

Contradição — O ministro Maílson da Nóbrega tinha dito, em março e abril, que o Brasil iria começar ainda este ano a reduzir substancialmente sua dívida, dentro dos mecanismos do Plano Brady e chegou a calcular que em três anos poderíamos chegar a uma redução de até 50%. Amaral tentou mostrar que não estava contradizendo o ministro, mas apenas observando que neste ano não dá para fazer um acordo da magnitude conseguida pelos mexicanos. Ele acha que, na melhor das hipóteses, o Brasil poderia conseguir, este ano, pequenas reduções da dívida, via mecanismos de mercado (que não quis revelar), ou mesmo usando os recursos limitados que seriam obtidos através de um acordo de curto prazo com o FMI.

Amaral acha que o acordo mexicano foi um passo muito positivo, que beneficia indiretamente todos os outros devedores, inclusive o Brasil. Enfatizou, porém, que ainda é cedo para definir a exata magnitude da redução da dívida do México, pois isso vai depender da opção que cada banco escolher, num menu de três alternativas. Na primeira, a dívida é reduzida em 35%, na segunda o volume devido é mantido o mesmo, mas os juros baixam para 6,25% por ano fixos, e na terceira alternativa em vez de redução há o fornecimento de dinheiro novo.

Pelas previsões de Amaral, 60% dos bancos credores americanos deverão escolher a opção de manter o volume dos débitos e reduzir os juros para 6,25%, enquanto 20% vão ficar com a alternativa de reduzir a dívida em 35% e outros 20% vão preferir manter o volume e as taxas de juros atuais, mas darão dinheiro novo.